

**ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES E
A FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA:
AS ATRIBUIÇÕES DO MOVIMENTO FRENTE À SUA BASE**

Carlos Lucena¹

Mário Borges Netto²

Universidade Federal de Uberlândia - UFU

RESUMO

Este artigo problematiza a ação da Escola Nacional Florestan Fernandes para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, tendo em vista a formação de seus militantes e as estratégias políticas adotadas na luta contra a lógica do projeto de sociedade vigente. Pretende-se debater as reflexões sobre a importância da educação nos movimentos sociais organizados pela classe trabalhadora, no que diz respeito aos aspectos relevantes em torno da luta pela emancipação político-ideológica dos trabalhadores.

Palavras-chave: Escola Nacional Florestan Fernandes; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; formação política.

**FLORESTAN FERNANDES NATIONAL SCHOOL AND
THE FORMATION OF LANDLESS RURAL WORKERS:
THE ATRIBUTIONS OF THE LANDLESS MOVEMENT ON ITS BASIS**

ABSTRACT

This text has the objective to discuss the necessity of the Florestan Fernandes National School to the landless movement, in a way to discuss the needs of this structure to the Movement per se. In this context, analyzing the formation of the followers and the strategies adopted in the fight against the idea of the current society project. With this study, it is desired to go further on the reflections concerning the importance of education in social movements organized by the worker class, with respect to the relevant aspects the surrounds the fight for politic-ideological independence of the workers.

Keywords: Florestan Fernandes National School, Landless workers movement. Political education.

Introdução

Este texto é um estudo sobre a formação dos trabalhadores rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Através das ações pedagógicas da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) problematizamos a necessidade dessa escola para o MST, discutindo a importância de empreendimentos como esse para os movimentos organizados pelos trabalhadores, tendo em vista a formação de seus militantes e as estratégias políticas adotadas por eles na luta contra o projeto de sociedade vigente.

Pretendemos aprofundar as reflexões sobre a importância da educação *no e para* os movimentos sociais³ organizados pela classe trabalhadora, no que diz respeito aos aspectos relevantes em torno da luta pela emancipação político-ideológica dos trabalhadores. Para tanto, organizamos o texto em três partes. Num primeiro momento fizemos um levantamento sobre o contexto político-econômico da criação da ENFF; Posteriormente,

tratamos da importância e necessidade da ENFF para o MST, problematizando sobre a busca da construção da emancipação político-ideológica do proletariado; por fim, tecemos nossas considerações.

Considerações preliminares: o contexto político-econômico da criação da ENFF

Em janeiro de 2005, no município de Guararema, São Paulo, consolidou um momento privilegiado para o MST, a inauguração da ENFF. Um empreendimento político-pedagógico pelo qual o Movimento organiza e oferece cursos de formação política e profissional para seus quadros de acordo com princípios político-pedagógicos próprios. Nos cinco primeiros anos de sua existência passaram pela escola milhares de militantes dos movimentos sociais do campo e da cidade, de todos os Estados do Brasil e de países da América Latina e da África. A escola conta com o apoio de mais de 500 professores voluntários – do Brasil, da América Latina e de outras regiões –, nas áreas de Filosofia Política, Teoria do Conhecimento, Sociologia Rural, Economia Política da Agricultura, História Social do Brasil, Conjuntura Internacional, Administração e Gestão Social, Educação do Campo e Estudos Latino-americanos. Além disso, oferece cursos superiores e de especialização, em convênio com mais de 35 universidades e mestrado sobre Questão Agrária, por meio de convênio com a Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)⁴.

A criação da ENFF é um marco na história das lutas e resistências da classe trabalhadora e, ainda da educação brasileira: uma iniciativa de grande envergadura edificada por um Movimento para viabilizar a sua autoformação. Trata-se da materialização dos esforços em torno da formação de seus militantes que o Movimento vem criando ao longo de sua história. Iniciativas diversas foram encaminhadas nesse sentido através de parcerias ora com as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), marcada pela influência teórica da teologia da libertação, ora com o sindicalismo rural, até o momento em que o Movimento consolidou

[...] uma formação política autônoma que atinge seu ápice no final dos anos 90 e no início do século XXI com a construção de escolas nacionais como o ITERRA (Instituto de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária) e a Escola Nacional Florestan Fernandes e a realização de cursos de extensão, de graduação e de pós-graduação em parceria com as principais universidades federais do Brasil (SILVA, 2005, p.130).

Nesse sentido, a ENFF tem por finalidade materializar um projeto de formação humana pensado *pele* e *para* os trabalhadores rurais que estão organizados no MST, de acordo com seus próprios interesses e necessidades. De acordo com o Movimento, a ENFF tem como principais objetivos

[...] a. Buscar uma prática intelectual e política que permita produzir o máximo de conhecimento científico necessário à transformação da sociedade; b. Estimular a organização social, política e econômica para superar os desafios internos das áreas de reforma agrária; c. Formar lideranças que contribuam para a construção de uma sociedade justa, fraterna, democrática e igualitária; d. Proporcionar intercâmbio de conhecimentos e experiências com outras organizações de trabalhadores rurais e urbanos; e. Capacitar tecnicamente os militantes da reforma agrária, nas áreas de maior necessidade do movimento (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1998).

De acordo com Geraldo Gasparin, coordenador pedagógico da ENFF, a escola se faz necessária para o MST, pois “uma organização que tem um caráter popular e autônomo, também tem que ter uma autonomia político-ideológica” (Jornal Sem Terra, 2009). Para o coordenador, o MST ao longo de sua trajetória histórica, foi percebendo a necessidade de aprofundar temas e estudos de extrema importância para as necessidades e conquistas coletivas do Movimento. Para Gasparin a Escola surge no momento

[...] em que a luta de classes coloca para nós [o Movimento] a necessidade de aprofundar esta formação política, preparar os quadros considerando as exigências que o momento político coloca. A ENFF é fruto de um momento histórico muito preciso de um amadurecimento do MST, e também da leitura da necessidade de que as organizações políticas que não responderam aos desafios da formação política e não prepararam seus quadros tiveram enormes dificuldades e muitas não sobreviveram (Ibidem).

Tendo em vista dar respostas à necessidade de formar seus militantes, imposta ao Movimento pelas exigências do contexto político-econômico dos últimos anos, a ENFF

[...] tem em seu ventre, um projeto de formação de lideranças para que conheçam a realidade brasileira, a história do Brasil e da luta pela terra. Que construam novas concepções sobre os valores da solidariedade, da ética, do respeito, das relações de gênero e etnia. Mas também que se preocupem com a educação e atualização técnica e formal por meio da formação de professores, de técnicos em administração cooperativista, oficinas nas diversas áreas da arte, da comunicação, entre outras (BEZERRA NETO; BEZERRA, 2008, p.64).

A criação da ENFF surge como resposta à um contexto adverso de lutas de classes em que os assentamentos são realizados em níveis aquém das metas propostas pelo MST. O documento produzido pelo MST *Reforma agrária X agronegócio* nos revela que por meio da Proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária (2003) – plano elaborado pela equipe coordenada por Plínio de Arruda Sampaio, da qual este autor fez parte – o MST propôs a meta de assentar um milhão de famílias no governo Lula sofrendo resistência do mesmo governo quanto a sua implantação, levando a não aprovação. O então ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Soldatelli Rossetto, e sua equipe⁵ elaboraram outro plano, que foi denominado de *II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural* (2004) o qual apresentou como meta o assentamento de 500 mil famílias entre 2003 e 2006. No entanto, segundo a UNESP, apenas 163 mil famílias desta meta foram assentadas, ou seja, o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) cumpriu apenas 29,6% da meta (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2009). Urge, portanto, a necessidade de preparar e formar os militantes do Movimento com objetivos mais amplos, tendo em vista que o ritmo lento dos assentamentos é um poderoso elemento de dispersão e de abandono da luta pela terra.

Esse contexto de criação da ENFF é marcado politicamente por um governo capitaneado por um candidato de *origem operária*, o qual o MST, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), dentre outros movimentos sociais, depositaram credibilidade ao seu plano de governo e consolidaram expressivo apoio à sua candidatura e eleição. Concordamos com Antunes (2005, p.134) ao considerar que

[...] a vitória eleitoral e política de Lula e do PT [Partido dos Trabalhadores] teve um significado real e simbólico muito expressivo. Bastaria dizer que se trata, pela primeira vez, de uma candidatura de *origem operária*, talvez a mais importante de toda a história social do Brasil, que chega ao poder.

No entanto, não se pode negar que os créditos depositados pelo Movimento foram traídos pelo governo em tela, tendo em vista, que se esperava a proposição de um programa alternativo e contrário ao modelo materializado pelo governo anterior (Fernando Henrique Cardoso – Partido da Social Democracia Brasileiro/PSDB), “capaz de responder às reivindicações imediatas do mundo do trabalho, mas visualizando um horizonte societal distinto e alternativo, que não tenha ilusões quanto ao caráter destrutivo da lógica predominante” (Antunes, 2005, p.135). Um programa que contemplasse o desafio de realizar uma ampla e profunda reforma agrária, contemplando os vários interesses dos trabalhadores e despossuídos da terra, que no Brasil, em sua maioria, estão organizados em torno do MST. A realidade concreta nos mostra que as reivindicações dos trabalhadores rurais – dentre elas a realização da reforma agrária – não foram contempladas no atual governo, seja no primeiro, seja no segundo mandato que está se findando, conforme verificamos anteriormente.

Com base nos estudos de Antunes (2005), podemos afirmar que o cenário político destacado acima se coloca no cerne das recentes transformações no mundo do trabalho. De acordo com Lucena (2004), Antunes (2005; 2006) e Previtalli & Faria (2008) constata-se que desde meados do século XX a sociedade capitalista vivencia uma série de mudanças nos âmbitos econômico, político, social e cultural. As economias capitalistas, sejam elas desenvolvidas, sejam em desenvolvimento, sofreram – e ainda sofrem – profundas transformações, observando-se um intenso processo de reestruturação produtiva do capital por meio da integração dos mercados financeiros, fundamentada no novo ideário político neoliberal e de uma menor presença do Estado como poder regulador das relações entre capital e trabalho (PREVITALLI & FARIA, 2008).

Da ótica do capital, verifica-se um processo de reestruturação produtiva, tendo em vista a obtenção de maior flexibilidade e a elevação da produtividade, originando uma nova forma de controle do processo produtivo mediante a introdução de tecnologias de informação e práticas gerenciais, cujo discurso assenta-se na cooperação, no envolvimento e na parceria do trabalhador (Antunes, 2006; Lucena, 2004; Previtalli & Faria, 2008). O complexo da reestruturação produtiva ao instaurar a nova hegemonia do capital promove a captura intelectual do trabalhador, inculcando-o a ideologia⁶ de maior liberdade no espaço produtivo, focam e premiam-se os méritos individuais, incentivam a competição entre os trabalhadores, apesar de discursar sobre o trabalho em equipe. Os compromissos profissionais com a empresa/indústria ganham motivações psico-sentimentais e isso faz o trabalhador “vestir a camisa da empresa”. Essa situação tem repercussão na subjetividade da classe trabalhadora como algo positivo, pois, incorpora-se a idéia, de uma condição de trabalho menos ofensiva.

Cria-se, em certa medida, uma ilusão que impede o trabalhador de se enxergar como integrante de uma classe que é explorada, contribuindo para uma postura individual frente às investidas do capital, dificultando a organização dos trabalhadores em movimentos com conotação de classe. Na perspectiva de Boito Júnior (2001, p.95) isso se intensifica porque, em certa medida, o trabalhador, no plano legal do direito, se encontra na mesma condição jurídica do proprietário dos meios de produção, um indivíduo “livre” com “capacidade jurídica plena”, com o qual realizará o contrato de trabalho.

Essa característica do direito burguês, inédita em toda a história das sociedades de classe, característica que iguala formalmente o proprietário e o produtor, induz o trabalhador a perceber a exploração como uma relação contratual livre entre indivíduos iguais, ignorando sua própria situação de classe. O direito burguês produz, portanto, uma ilusão [...] porque, embora o trabalhador seja livre para escolher o capitalista para o qual ele vai trabalhar, ele não é livre, *uma vez que se encontra separado dos meios de produção*, para escolher se vai ou não vai trabalhar para a classe dos capitalistas (*grifos do autor*).

Nesse contexto, o que percebemos é que a ilusão do contrato de trabalho permite a reprodução, em certa medida, pacífica do ato de venda da força de trabalho.

Tudo se passa, portanto, como se o aluguel da força de trabalho pelo capitalista fosse um contrato livre de compra e venda no qual um *indivíduo* fornece, em troca de um pagamento que é o salário, o seu ‘trabalho’, uma mercadoria que é propriedade sua, a outro *indivíduo* (Ibidem).

Entendemos que o plano da super-estrutura político-jurídica seja um *campo em disputa*, ou seja, neutro, entre iguais, porém, o estudo de Boito Júnior (2001) nos revela que o que temos é um *campo de forças*, já que a disputa não se dá entre iguais. Essa igualdade entre as partes se materializa como uma falsa realidade, pois ela se efetiva somente na letra da lei. Na realidade o trabalhador “não pode tratar o capitalista de igual para igual, dentre outras razões, porque a existência e o porte do exército industrial de reserva é uma ameaça à sua sobrevivência” (BOITO JÚNIOR, 2001, p.96).

Nesse cenário, os trabalhadores encontram dificuldades para se organizarem em movimentos sociais que os representem coletivamente – sujeito coletivo – contra as usurpações cotidianas do capital. Suas representações coletivas tomam forma de caráter propositivo, pontuais, tendo em vista a negociação, efetivação e a garantia do melhor preço da força de trabalho; “não lutam, permanentemente, por ‘reaver’ os meios de produção dos quais seus ‘ancestrais’ foram desapossados” (Ibidem, p.95). Isso contribui para a subordinação do trabalho ao capital, e ainda para a exploração de uma classe pela outra, pois ela se reproduz na medida em que é ocultada dos agentes sociais.

Em meio a essas mudanças em curso na sociedade capitalista Cassin & Botiglieri (2008) nos mostram que significativas transformações também vêm ocorrendo no meio rural, tendo em vista que o campo se integra ao processo produtivo capitalista, o qual não distingue o urbano do campo, mas subsume ambos. Ianni (1996) ao analisar o mundo agrário também nos mostra que o campo não está imune às transformações pelas quais passam a sociedade capitalista, ao contrário, também as sofre, pois integra a cadeia produtiva do sistema capitalista, como produtor de matéria-prima para a indústria, configurando-se como parte dos setores da economia.

De acordo com Ianni (1996), sob o capitalismo, a grande indústria impera desde a produção de matéria prima (couro, grãos, carne, extração mineral etc.), onde se insere o meio rural, até a sua transformação, distribuição e comercialização. Arruda e Brito (2009, p.32) nos mostram que frente a isso, o capital, que tudo subordina na busca de sua reprodução e manutenção, mecanizou e industrializou a produção agropecuária e dotou-a das seguintes características: “incorporação de alta tecnologia, produção em escala, divisão do trabalho e superfluidade do trabalhador no processo produtivo”, intensificando a integração do campo às novas exigências do capital.

Ocorre que o mundo agrário já está tecido e amaranhado pela atuação de empresas, corporações e conglomerados agroindustriais. São núcleos ativos e predominantes, articulando atividades produtivas e mercados, geopolíticas mercantis e *marketings*, modalidades de produtos e ondas de consumismo. Ainda que subsistam e se recriem as mais diversas modalidades de organização do trabalho e da produção, muito do que se faz no mundo agrário está formal ou realmente subsumido pelo grande capital fluando pelo mundo afora (IANNI, 1996, p.46).

Isso nos revela que hoje o sistema produtivo fundado na introdução da ciência e tecnologia modifica a produção no meio rural de tal forma que as relações de trabalho vêm assumir, respeitando a singularidades próprias da produção agropecuária, a lógica de produção de mercadorias do capitalismo global.

Essa realidade sobre o meio rural e o desenvolvimento do sistema capitalista outrora já fora descrita por Marx em *O Capital* (2008, p.570), referindo-se à Inglaterra no século XIX.

[...] a indústria moderna atua na agricultura mais revolucionariamente que em qualquer outro setor, ao destruir o velho baluarte da velha sociedade, o camponês, substituindo-o pelo trabalhador assalariado. As necessidades de transformação social e a oposição de classe no campo são assim equiparadas às da cidade. Os métodos rotineiros e irracionais da agricultura são substituídos pela aplicação consciente, tecnológica da ciência. O modo de produção capitalista completa a ruptura dos laços primitivos que, no começo, uniam a agricultura e a manufatura. Mas ao tempo, cria as condições materiais para uma síntese nova, superior, para união agricultura e a manufatura.

Partimos do princípio que o meio rural é um dos elementos constituintes da formação da sociedade capitalista, e por isso não pode ser analisado em sua particularidade, isolado das relações capitalistas e de seu desenvolvimento. Diante disso, concordamos com Cassin & Botiglieri (2008, p.67) por considerarem que

[...] pensar o meio rural brasileiro e a educação que nele se realiza hoje é considerá-lo como espaço de relações capitalista de produção, hegemônicas e determinantes, com um desenvolvimento histórico de industrialização [...] do campo, diversidades regionais e fundamentalmente inseridos na lógica do capital internacional, o que Chesnais (1996) denominou *A Mundialização do Capital*.

Percebemos que estamos diante de um quadro que coloca ao MST o desafio histórico de enfrentar crônicos problemas da sociedade brasileira, dentre os quais se destaca a forte concentração da propriedade da terra e, lidar diretamente com um dos mais graves sintomas atuais, o desemprego estrutural. Percebemos ainda a organização dos trabalhadores em movimentos sociais de caráter classista desenvolva a solidariedade de classe e que, tenha como objetivo retomar as lutas históricas visando reconquistar os meios de produção, dos quais foram espoliados historicamente, se caracteriza como um grande desafio para os movimentos sociais, dentre eles o MST. Nesse contexto em que as condições materiais e objetivas se apresentam como adversas à classe trabalhadora, se coloca necessário retomar a agenda educativa-formativa dentro dos movimentos sociais,

tendo em vista a formação e conscientização política do trabalhador. Sobre isso trataremos a seguir nesse trabalho.

Sobre a importância e necessidade da ENFF para o MST: em busca da construção da emancipação político-ideológica do proletariado

Em vista de corresponder ao objetivo deste texto, julgamos necessário problematizar a necessidade de um projeto de formação humana próprio dos movimentos organizados pelos trabalhadores. Como a criação da ENFF, o projeto educacional desenvolvido pelo MST, e a sua luta pela transformação social foram constituídas e fundamentadas nas críticas às teorias e práticas burguesas referentes à organização da sociedade capitalista, consideramos que é no contexto do modo produção de mercadorias que a problematização sobre a educação deve ser colocada. Fundamentamos esses entendimentos em Lombardi (2010, p.220):

Como sou contrário ao entendimento da educação como uma dimensão estanque e separada da vida social, parto do pressuposto de que não se pode entender a educação, ou qualquer outro aspecto e dimensão da vida social sem inseri-la no contexto em que surge e se desenvolve, notadamente nos movimentos contraditórios que emergem do processo das lutas entre classes e frações de classe. Afirmo, assim, que não faz o menor sentido discutir abstratamente sobre a educação, pois esta é uma dimensão da vida dos homens que se transforma historicamente, acompanhando e articulando-se às transformações dos modos de produzir a existência dos homens.

Diante disso, partimos do suposto que após o surgimento do modo de produção capitalista a sociedade se dividiu em classes (Marx & Engels, 2003), fato o qual alimentou e manteve, ao longo da história, inúmeros conflitos provocados pelos interesses daí decorrentes. Sobre isso, Lombardi (2010) nos revela a existência de uma oposição entre as duas classes fundamentais da sociedade capitalista – burguesia e proletariado – que refletia em todas as dimensões da vida social, seja econômica, política, social, ideológica. Revelamos o autor que esses embates produziram projetos antagônicos para a educação e diferentes pedagogias. Por isso, consideraremos aqui a educação como um projeto de formação humana que se insere em um projeto de sociedade pensado, contestado e/ou materializado pelas diferentes classes. A educação constitui-se em um elemento necessário para qualquer projeto de sociedade na disputa pela hegemonia, seja para qualquer uma das distintas classes sociais, tanto para subjugar, quanto para emancipar.

Dessa forma, compreende-se que a educação não é neutra e, por isso, “atende aos mais variados interesses políticos, econômicos e sociais, estando presente desde a montagem do currículo escolar até a discussão em torno do que deve ser estudado, quem deve estudar e como se deve estudar” (Bezerra Neto, 2009, p.3). Da mesma forma, as informações veiculadas e os conhecimentos ali produzidos também não são neutros, pois o grupo hegemônico por ser detentores dos meios de produção material e espiritual, e ainda, por ocupar, em certa medida, o aparelho estatal, distribuem as informações e os “conhecimentos” que lhes interessam, omitindo aquilo que consideram desnecessários que a sociedade em geral saiba.

Diante disso, torna-se latente na história do MST a necessidade de um projeto educativo pensado *pelo e para* o trabalhador, no caso desse texto, para os trabalhadores rurais organizados em torno do Movimento; uma educação que possibilite a construção de

um novo modelo de homem preparado para a luta em defesa de seus interesses (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 1999), afinal a classe trabalhadora tem interesses distintos dos seus exploradores. Como nos mostra Bezerra Neto (2009) a luta pela terra e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, não acontecerá, segundo os dirigentes do MST, se não houver forte investimento na formação de seus quadros/militantes, para que estes se tornem aptos a conduzir o processo de luta pela terra e de transformação social rumo à nova sociedade (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 1999). Afinal, como afirma Caldart (2004, p.112-113)

[...] não há como avançar em uma luta social complexa como é no Brasil a luta pela Reforma Agrária, sem que seus sujeitos diretos se dediquem à própria formação, sem que se disponham a aprender e a conhecer em profundidade e com rigor a realidade do país que gera os sem-terra e faz da questão agrária uma das questões estruturalmente responsáveis pelos índices alarmantes de desigualdade social no país.

Nesse sentido, a educação é um elemento necessário para o MST no que se refere à sua organização, mobilização, reivindicação e intervenção no jogo político, no processo de disputa pela hegemonia, tanto por criar e divulgar mecanismos de resistência e de contra-ideologia, quanto para propiciar a formação político-ideológica dos dirigentes e da base. Assim sendo, a educação ganha centralidade na organização do Movimento, com a finalidade de formar o homem integralmente – político, intelectual e produtivo –, a partir da orientação de um projeto educacional e societal que emerge *da e para* a classe trabalhadora (BEZERRA NETO, 2009).

Percebe-se dessa maneira a necessidade e a importância da criação da ENFF para o MST, uma vez que a educação ofertada ao Movimento pelo Estado – por meio das escolas rurais – para a formação de suas crianças, jovens e adultos, se configura como um aparelho que difunde uma visão de mundo, uma ideologia, diferente daquela necessária para o Movimento em sua luta contra o projeto de sociedade capitalista e, conseqüentemente, a luta pela terra. Sobre a relação entre as escolas rurais e o projeto capitalista de sociedade, Ribeiro (2010) nos mostra que a educação rural no Brasil ao longo do século XX se tornou um eficiente instrumento do capital à medida que este se desenvolvia e legitimava-se na sociedade brasileira. Portanto, não podemos minimizar o papel ideológico, político e econômico que essa educação oficial-estatal cumpre em sua singularidade em prol do projeto capitalista de sociedade, e ainda, devemos nos atentar e perceber a sua articulação com os interesses do capital mundial (CASSIN & BOTIGLIERI, 2008).

Para autores como Ribeiro (2010), Caldart (2004), Arroyo (2004), Cassin & Botiglieri (2008), a escola rural organizada pelo Estado brasileiro por ser marcada pelo emblema liberal “*para todos*”, convive em sua natureza com um paradoxo: na medida em que se busca a materialização da máxima liberal “*educação para todos*”, a escola de caráter universal, imbuída de uma cultura tida como geral, esbarra-se nas necessidades e especificidades da população camponesa e dos Trabalhadores Sem Terra. Esses autores consideram que as escolas rurais ao manifestarem os interesses, a visão de mundo e o modo de vida capitalista, se sustentam por uma cultura urbano-industrial que se expressa como única, universal, para todos, e promove assim, a exclusão educacional dos trabalhadores rurais à medida que não contemplam as especificidades das relações de sociais de trabalho, das suas condições materiais, do seu modo vida, bem como não valoriza a cultura do povo do campo, seus ideais e valores.

A cultura hegemônica trata os valores, as crenças, os saberes do campo de maneira romântica ou de maneira depreciativa, como valores ultrapassados, como saberes tradicionais, pré-científicos, pré-modernos. Daí que o modelo de educação básica queira impor para o campo currículos da escola urbana, saberes e valores urbanos, como se o campo e sua cultura pertencessem a um passado a ser esquecido e superado. Como se os valores, a cultura, o modo de vida, o homem e mulher do campo fossem uma espécie em extinção. Uma experiência humana sem mais sentido, a ser superada pela experiência urbano-industrial moderna. Daí que as políticas educacionais, os currículos são pensados para a cidade, para a produção industrial urbana, e apenas se lembram do campo quando se lembram de situações “anormais”, das minorias, e recomendam adaptar as propostas, a escola, os currículos, os calendários a essas “anormalidades”. Não reconhecem a especificidade do campo [...] (ARROYO, 2004, p.79-80).

Fazendo uso de Gramsci, pode-se entender que a escola, independente se é urbana ou rural, exerce assim um papel político-ideológico de disseminação de um pensamento único, cujo objetivo é a manutenção e legitimação do modo de produção capitalista. A escola tal como a igreja, os sindicatos, os partidos, os meios de comunicação, exerce a função de mediar as relações entre a base econômica e o Estado *strictu senso* (burocracia, militares e polícia), configurando-se no que Gramsci denominaria de aparelhos privados de hegemonia. Nestes espaços difunde-se a hegemonia⁷, forjando-se o consenso necessário para sustentar a dominação de classe para além do uso da violência física. Trata-se, do terreno em que se criam as ideologias, lugar em que as idéias de uma classe se transformam em idéias de toda uma sociedade (GRAMSCI, 2007).

Sem perder de vista a dialética do processo, Kosik (1969, p.44) em *Dialética do Concreto* ao teorizar sobre o materialismo histórico dialético como método, elege a totalidade como uma categoria fundamental para se analisar e conhecer a realidade em suas múltiplas determinações e, nos alerta sobre a necessidade da compreensão da existência de uma unidade dialética de base e supra-estrutura. Para o referido autor, o movimento dessa unidade é a chave para compreendermos “a natureza da realidade social”, as relações nela e por ela estabelecidas, e, ainda, entendermos o homem como sujeito objetivo, histórico-social. Kosik remetendo ao pensamento marxiano considera que a realidade social se desdobra a partir do movimento dialético entre a base econômica (economia, forças produtivas, relações sociais de produção) e supra-estrutura político-ideológica (esfera político-jurídica, educação, religião, cultura, Estado), de forma que a primeira determina a segunda e, esta por sua vez mantém as relações sociais e de produção estabelecidas na primeira, legitimando o modo de produção capitalista.

Isso nos dá fundamento para entendermos o papel político-ideológico que a escola, enquanto aparelho privado de hegemonia e elemento supra-estrutural, exerce na difusão da hegemonia e na criação do consenso necessário para efetivar e sustentar a dominação dos grupos hegemônicos sobre a classe trabalhadora. Os estudos de Kosik (1969) nos dão fundamentos para problematizarmos, tal qual enunciam Ribeiro (2010) e Cassin & Botiglieri (2008), o sentido e as contradições presentes na escola rural desvinculada da ação dos movimentos sociais.

Frente a isso, como resultante dos movimentos contraditórios que emergem do processo das lutas entre classes, o MST em conjunto com outros movimentos sociais do campo elaboram historicamente um movimento denominado de “*Por uma educação no campo*”, visando uma formação condizente com suas necessidades político-educacionais,

contrária à ofertada pelo Estado por meio das escolas rurais. Esse movimento tem como objetivo propor e lutar pela materialização de um projeto de formação humana articulado a um projeto político-econômico de desenvolvimento para o campo. De acordo com o texto preparatório da Primeira Conferência Nacional “Por uma educação básica do campo”, esse movimento tem como principal objetivo “ajudar a recolocar o rural, e a educação que a ele se vincula, na agenda política do país” (Fernandes, Cerioli, Caldart, 2004, p.22). Para tanto, defende-se um determinado modelo de escola que potencialize o desenvolvimento social e econômico do campo. De acordo com o movimento, entende-se por escola do campo

aquela que trabalha os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, nas suas diversas formas de trabalho e de organização, na sua dimensão de permanente processo, produzindo valores, conhecimentos e tecnologias na perspectiva do desenvolvimento social e econômico igualitário desta população (Ibidem, p.53).

A integração do MST a esse movimento nos mostra o seu interesse de buscar a consolidação de um projeto educativo para os Trabalhadores Sem Terra, bem como, para todos aqueles que vivem, trabalham e estudam no campo. Do ponto de vista do MST, esse movimento “*Por uma educação do campo*” é uma das frentes de atuação na luta pela educação. Outra frente de atuação do MST através da educação e formação se caracteriza pela oferta e manutenção de uma formação assentada em princípios político-pedagógicos próprios, por meio das escolas básicas organizadas no seio de seus acampamentos e assentamentos (Escolas Itinerantes dos Acampamentos), bem como, de escolas profissionalizantes e de formação de lideranças, como é o caso do ITERRA e da ENFF.

Essas diferentes frentes de atuação do MST nas lutas para efetivar uma formação condizente com suas finalidades políticas e culturais se complementam, pois, apesar dos seus esforços político-pedagógicos, o Movimento não consegue por meio de suas escolas, seja as Escolas Itinerantes, seja o ITERRA, seja a ENFF, atender a todos os trabalhadores rurais que estão organizados em torno de si. Por isso, ao encampar as reivindicações do movimento “*Por uma educação do campo*”, o MST dá força às mobilizações e às intervenções no jogo político, uma vez que é o grande protagonista dos movimentos sociais do campo, como também, potencializa a garantia de uma formação no mínimo coerente com as especificidades culturais de seus quadros que se encontram espalhados em todo o território nacional e que não tem acesso às escolas do Movimento.

Nesse cenário marcado pelas contradições emergentes da luta de classe, da disputa pela hegemonia e, pela luta por uma educação *do e para* o Movimento, o MST solidifica a *ocupação da escola* (Caldart, 2004) e por meio da ENFF retoma sistematicamente a agenda educativo-formativa. Não diferente das demais escolas do Movimento, a ENFF se caracteriza como uma “escola do campo, vinculada a um movimento de luta social pela Reforma Agrária no Brasil [...] uma escola pública, com participação da comunidade na sua gestão e orientada pela Pedagogia do Movimento” (Caldart, 2004, p.105), embora possua algumas características peculiares. A ENFF diferente das demais escolas do MST carrega em si um projeto de formação política e profissional das lideranças do Movimento, que tem por finalidade estabelecer por meio destas lideranças um contraponto à educação dos seus quadros de base, os quais recebem a instrução da escola pública-estatal rural.

O que está em jogo é a formação, via educação dos movimentos sociais, de intelectuais vinculados ao MST. Intelectuais formados a partir de uma visão de mundo crítica aos processos de reprodução do capital. Isso nos leva a valorizar os esforços que o

MST ousou empreender para a formação de seus trabalhadores com a criação da ENFF. A referida escola é a expressão da correlação de forças travada pelo Movimento contra a expansão do capital e, expressa, portanto, o projeto de formação humana vislumbrado pelo MST para os seus quadros. Dessa forma, a ENFF se caracteriza como fruto dos esforços do MST de dar aos seus quadros uma formação político-ideológica que diferencie daquela ofertada pela escola rural, a qual ao longo da história se constituiu um potente instrumento do capital. Diante disso, a ENFF pode ser definida como a materialização de uma agenda político-educacional do Movimento, cujo objetivo seja a busca pela emancipação político-ideológica dos trabalhadores rurais que se encontram organizados em torno dele. Por meio da ENFF, o Movimento consolida uma formação que amplia e desenvolve uma consciência política nos seus quadros, a qual somente a luta cotidiana pela terra não propicia.

Considerações finais

A ENFF se explica a partir da totalidade das relações sociais e de produção expressas no seu tempo. Meio a isso nos deparamos com uma realidade marcada por profundas transformações seja no âmbito econômico, político, cultural, social, observando-se um intenso processo de reestruturação produtiva do capital.

O sistema produtivo fundado na introdução da ciência e tecnologia modifica a produção no meio rural de tal forma que as relações de trabalho vêm assumir, respeitando a singularidades próprias da produção agrícola, a lógica de produção de mercadorias: mecanização e industrialização da produção agropecuária; incorporação da alta tecnologia na produção em escala; intensificação da divisão do trabalho e superfluidade do trabalhador no processo produtivo.

Essas mudanças influenciam a educação, a organização dos movimentos sociais e operários, no cenário político-eleitoral, na intervenção do jogo pela disputa da hegemonia, nas lutas sociais, em toda dinâmica da vida social. Por isso percebemos a necessidade de um projeto de formação política para a classe trabalhadora, em vista que o processo formativo se configura num elemento necessário para a direção da massa rumo às reivindicações, às lutas cotidianas no inóspito mundo do trabalho alienado, fundamentando e consolidando os interesses coletivos.

Diante disso, consideramos que a criação da ENFF assume grande importância para o MST frente a esse contexto político-econômico, pelas seguintes razões:

1º combate à dispersão e ao abandono do militante da luta pela terra. Em um contexto adverso para os trabalhadores rurais marcado por baixo número de assentamento; intenso processo de criminalização dos movimentos sociais e, no caso do MST, criminalização das ocupações das terras improdutivas; arrefecimento do poder de atuação e reivindicação do Movimento frente ao Estado brasileiro capitaneado por um presidente de *origem* operária; o MST tem em mãos um instrumento a seu favor no combate à dispersão e ao abandono da luta pela terra e do campo, a ENFF. A ENFF contribui nesse combate, pois promove uma formação política mais ampla, proporcionando ao militante uma visão holística da realidade e da conjuntura em que está inserido, tendo em vista, que somente pela luta econômica cotidiana pela terra não é possível apreender. Em certa medida, contribui para o trabalhador rural perceber e compreender o *porquê* de tempos tão difíceis e continuar na luta contra a lógica destrutiva do capital.

2º responde às necessidades político-pedagógicas do projeto de formação humana do Movimento: a constituição de um elemento aglutinador. Tendo em vista que a educação ofertada pelo Estado ao MST para a instrução de seus militantes se fundamenta em um

projeto de formação humana vinculado ao projeto de sociedade capitalista, não se pode esperar senão que as escolas estatais rurais formem um determinado tipo de homem e de força de trabalho de acordo com as necessidades do grande capital. O Movimento não pode ficar refém dessa formação, haja vista que o tipo de homem a ser desenvolvido por essa formação e os princípios sob as quais está assentada não condiz com as aspirações sociais do Movimento. Por isso a necessidade de uma escola de formação política que viabilize a atuação do MST na construção de uma “consciência de classe” assentada em ideais coletivos e em princípios que desnudem a lógica capitalista. A ENFF se configura em um instrumento pelo qual o MST difunde seu ideário; dá o tom, a direção, aos seus militantes, às proposições e às estratégias políticas que serão adotadas; forma politicamente e profissionalmente seu militante de acordo com princípios político-pedagógicos próprios, conforme as exigências das estratégias políticas adotadas frente a um contexto político-econômico.

A constituição de estudos e investigações sobre a formação política nos movimentos sociais constitui-se em grande desafio investigativo. Ao fazer esta afirmação, tomamos como referência a centralidade da luta de classes como motor da história. A existência da escola afim, em que pese contradições também possam se manifestar em seu interior contribui, significativamente, para o avanço e problematização das lutas sociais no Brasil.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. *A desertificação neoliberal no Brasil – Collor, FHC e Lula*. 2ª ed. Campinas: Autores Associados, 2005.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho – ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. Boitempo: São Paulo, 2006.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. “A educação básica e o movimento social do campo”. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. *Por uma educação do campo*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- ARRUDA, Élcia Esnarriaga de; BRITO, Silvia Helena Andrade de. “Análise de uma proposta de escola específica para o campo”. In: ALVES, Gilberto Luiz (org.). *Educação no campo – recortes no tempo e no espaço*. Campinas: Autores Associados, 2009.
- BEZERRA NETO, Luiz; BEZERRA, Maria Cristina dos Santos. “A classe trabalhadora e a mundialização do saber”. In: LUCENA, Carlos (org.). *Trabalho, precarização e formação humana*. Campinas: Alínea, 2008.
- BEZERRA NETO, Luiz. “A educação rural no contexto das lutas do MST”. In: ALVES, Gilberto Luiz (org.). *Educação no campo – recortes no tempo e no espaço*. Campinas: Autores Associados, 2009.
- BOITO JÚNIOR, Armando. “Pré-capitalismo, capitalismo e resistência dos trabalhadores – nota para uma teoria da ação sindical”. *Crítica marxista – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP*, Campinas, n.12, p.77-104, jan/jun. 2001.
- CALDART, Roseli Salete. “A escola do campo em movimento”. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. *Por uma educação do campo*. Petrópolis: Vozes, 2004.

CASSIN, Marcos; BOTIGLIERI, Mônica Fernanda. “Mundialização, o novo rural brasileiro e a educação”. In: LUCENA, Carlos (org.). *Trabalho, Precarização e Emancipação Humana*. Campinas: Alínea, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salette. “Primeira Conferência Nacional ‘Por uma educação básica do campo’: texto preparatório”. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salette; MOLINA, Mônica Castagna. *Por uma educação do campo*. Petrópolis: Vozes, 2004.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 6ª edição. São Paulo: Loyola, 2007.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere: Maquiavel; notas sobre o Estado e a política (Volume 3)*. 3ª edição. Tradução de Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

IANNI, Octávio. *A era do globalismo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

JORNAL SEM TERRA. Contra a idéia da força, a força das idéias – entrevista com o coordenador pedagógico da Escola Nacional Florestan Fernandes, Geraldo Gasparin. *Jornal Sem Terra*. N. 295, 2009. Disponível em: <http://www.mst.org.br/jornal/295/entrevista>. Acessado em 04/01/2010.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LOMBARDI, José Claudinei. *Reflexões sobre educação e ensino na obra de Marx e Engels*. Campinas, 2010. Tese (Livre Docência em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2010.

LUCENA, Carlos. *Tempos de destruição – educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2004.

MARX, Karl. *O capital*. Livro 1. Volume 1. Tradução de Reginaldo Sant`Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2003.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Campanha Nacional Escola Nacional Florestan Fernandes*, 1998.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. “Princípios da educação no MST”. In: *Caderno de Educação* nº 8. São Paulo. 3ª ed. 1999.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Reforma agrária X agronegócio*. 15/04/2009. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/6713>. Acessado em: 01/02/2010.

PREVITALLI, Fabiane Santana; FARIA, A. F. “Reestruturação Produtiva, Trabalho e Qualificação – um estudo sobre o setor de tabaco em Uberlândia/MG”. In: LUCENA, Carlos (org.). *Trabalho, Precarização e Emancipação Humana*. Campinas: Alínea, 2008.

RIBEIRO, Marlene. *Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SILVA, Roberta Maria Lobo da. *A dialética do trabalho no MST – a construção da Escola Nacional Florestan Fernandes*. Niterói, 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense.

Notas:

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Coordenador do Grupo de Pesquisa História, Trabalho e Educação. Bolsita de Produtividade do CNPQ. E-mail: carloslucena@centershop.com.br

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: mariobnetto@yahoo.com.br

³ Esses movimentos apresentam-se no cenário político-econômico, como um sujeito social coletivo, dotado de uma intencionalidade, empreendida na sua tarefa de organizar e coordenar ações orientadas para mudanças. Neste contexto, investe na organização interna e externa, agregando coletividade de pessoas, que compartilham de desejos e carências comuns, que lutam por direitos sociais. Neste processo, conforme Gohn (2007) nos revela, os movimentos sociais cumprem um papel efetivamente educativo-formativo, uma vez que, a própria luta se constitui em um processo de formação.

⁴ Dados disponíveis no site: www.universidadepopular.org/media/AAENFF_Folder_abril_2010.pdf.

⁵ Guilherme Cassel (Secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário); Rolf Hackbart (Presidente do INCRA); Valter Bianchini (Secretário de Agricultura Familiar); Eugênio Peixoto (Secretário de Reordenamento Agrário); José Humberto Oliveira (Secretário de Desenvolvimento Territorial).

⁶ O conceito de ideologia aqui está sendo usado como concepção de mundo.

⁷ Gramsci nos *Cadernos do cárcere* utiliza a categoria hegemonia para contrapor à idéia de “dominação”. Na realidade, para o referido pensador, o que uma hegemonia estabelece é um complexo sistema de relações e de mediações, “caracterizado pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria” (GRAMSCI, 2007a, p.95). A hegemonia pode ser caracterizada, portanto, como um conjunto de atividades culturais e ideológicas que organiza o consenso coletivo, por meio dos aparelhos privados de hegemonia, que permite o desenvolvimento da direção de uma classe sobre a outra.

Artigo recebido em: 12/07/10

Aprovado em: 12/08/10